

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Junho de 2017 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.
Marília - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfases

- a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2 às informações financeiras intermediárias, em virtude de a Companhia não ter operado no trimestre findo em 31 de março de 2017, não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referentes ao trimestre findo nessa data.
- b) Conforme mencionado na nota explicativa nº1 às informações financeiras intermediárias, em 30 de junho de 2017 a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R\$340.040.660 em decorrência da obrigação com o credor da concessão (poder concedente). A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para utilização na hipótese de não captação de recursos adicionais até o vencimento previsto para março de 2018.

Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.


Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de dezembro de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Em reais - R\$, centavos omitidos)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	83.861.723	50	Fornecedores	7	713.384	-
Impostos a recuperar		166.767	-	Provisões trabalhistas e encargos sociais		376.704	-
Despesas antecipadas	4	<u>2.160.216</u>	-	Credor pela concessão	8	417.345.331	-
Total do ativo circulante		86.188.706	50	Impostos, taxas e contribuições		75.953	-
				Debêntures - partes relacionadas	9	7.251.783	-
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar	7	<u>466.211</u>	-
Imobilizado	5	922.836	-	Total do passivo circulante		<u>426.229.366</u>	-
Intangível em andamento	6	<u>1.384.692.018</u>	-				
Total do ativo não circulante		1.385.614.854	-	NÃO CIRCULANTE			
				Debêntures - partes relacionadas	9	<u>688.490.783</u>	-
				Total do passivo circulante		<u>688.490.783</u>	-
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social integralizado	11	349.899.550	50
				Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	9	11.509.217	-
				Prejuízos acumulados		<u>(4.325.356)</u>	-
				Total do patrimônio líquido		357.083.411	50
TOTAL DO ATIVO		<u>1.471.803.560</u>	<u>50</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.471.803.560</u>	<u>50</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Em reais - R\$, centavos omitidos, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	30.06.2017
Receita de construção	18	946.762
Custo de construção	18	<u>(946.762)</u>
Lucro bruto		<u><u>-</u></u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal	12	(513.207)
Serviços terceiros	12	(3.452.729)
Depreciação	12	(5.244)
Outras despesas operacionais	12	(64.664)
		<u><u>(4.035.844)</u></u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	13	1.077.776
Despesas financeiras	13	(1.367.288)
		<u><u>(4.325.356)</u></u>
PREJUÍZO DO SEMESTRE		
Prejuízo por ação	14	<u><u>(0,04)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>30.06.2017</u>
PREJUÍZO DO SEMESTRE	(4.325.356)
Outros resultados abrangentes	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	<u>(4.325.356)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Capital social		Prêmio de opção sobre debêntures convertíveis	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		500	(450)	-	-	50
Aumento de capital	11	476.669.878	(126.770.378)	-	-	349.899.500
Prêmio de opção sobre debêntures convertíveis	9	-	-	11.509.217	-	11.509.217
Prejuízo do semestre		-	-	-	(4.325.356)	(4.325.356)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		<u>476.670.378</u>	<u>(126.770.828)</u>	<u>11.509.217</u>	<u>(4.325.356)</u>	<u>357.083.411</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	<u>30.06.2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do semestre		(4.325.356)
Ajustes:		
Depreciação	5	5.244
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Impostos a recuperar		(166.767)
Despesas antecipadas		(2.160.216)
Fornecedores		158.384
Provisões trabalhistas e encargos sociais		376.704
Credor pela concessão		64.667
Impostos, taxas e contribuições		75.953
Outras contas a pagar		466.211
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(5.505.176)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	5	(928.080)
Aquisições de intangível em andamento	6	<u>(959.604.571)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(960.532.651)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	11	349.899.500
Captação de debêntures - Partes relacionadas	9	<u>700.000.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.049.899.500
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>83.861.673</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE		83.861.723
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>83.861.673</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>30.06.2017</u>
Insumos adquiridos de terceiros-	
Despesa operacional	(461.003)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.966.427)
Ônus variável da concessão	<u>(64.665)</u>
Valor adicionado (consumido) bruto	<u>(3.492.095)</u>
RETENÇÕES	
Depreciação	<u>(5.244)</u>
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela Companhia	<u>(3.497.339)</u>
Valor adicionado recebido em transferência:	
Receitas financeiras	<u>1.077.776</u>
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	<u>(2.419.563)</u>
Distribuição do valor consumido:	
Pessoal:	<u>513.207</u>
Proventos	309.598
Benefícios	92.149
FGTS	24.230
Outros encargos	87.230
Remuneração de capitais a terceiros:	<u>1.392.586</u>
Juros e remuneração sobre debêntures - Partes relacionadas	1.367.288
Aluguéis	25.298
Atribuído aos acionistas:	<u>(4.325.356)</u>
Prejuízos acumulados	<u>(4.325.356)</u>
Valor consumido	<u>(2.419.563)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Infraestrutura Investimentos e Participações foi constituída em 4 de outubro de 2016 com a denominação de CMN Solutions A039 Participações S.A., tinha por objeto social inicial a participação em outras empresas, como sócia ou acionista, no país (holding), com a finalidade de gestão, operação e investimento em ativos no setor de infraestrutura. Em 15 de maio de 2017, mediante alteração do Estatuto Social, a Companhia alterou o objeto social e agora tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, localizada na Avenida das Esmeraldas, 3895 - Marília - SP.

As receitas de pedágio têm previsão do início de cobrança em março de 2018, no trecho Norte, que compreende o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Igarapava e, em julho de 2018, no trecho Sul, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R\$340.040.660 em decorrência da obrigação com o credor da concessão (poder concedente). A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para utilização na hipótese da não captação de recursos adicionais até o vencimento previsto para março de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras estão descritas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente, salvo se mencionado em contrário.

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As informações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações financeiras.

Em função de a Companhia não ter tido operações no trimestre findo em 31 de março de 2017, não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referentes ao trimestre findo nessa data.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

2.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada ("impairment"). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.5. "Impairment" (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis em andamento no semestre findo em 30 de junho de 2017.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.6. Custos com empréstimos

Os custos com empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso ou venda, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso ou à venda.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que foram incorridos.

2.7. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais quando a Companhia apresentar histórico de lucros tributáveis.

2.9. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento estiver prevista em um contrato cujos termos exijam a entrega do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, e são inicialmente mensuradas ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos prefixados ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis (incluindo clientes e outros créditos) são registrados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros, deduzido de perdas de seu valor de recuperação ("impairment"), se houver.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

A Companhia não possuía as categorias relacionadas a seguir registradas nas Informações Financeiras Intermediárias de 30 de junho de 2017:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.11. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.13. Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado através do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% avaliada pela Administração da Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

2.14. Passivos financeiros e instrumentos de capital

Classificação como dívida ou instrumento de capital

Os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital são classificados como passivos financeiros ou de capital de acordo com a natureza do contrato.

2.15. Instrumentos de capital

Instrumentos de capital representam qualquer contrato que evidencie participação residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital da Companhia são registrados líquidos dos custos diretos de emissão.

2.16. Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

2.17. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.18. Prejuízo básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.19. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das informações financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

2.20. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas informações financeiras e como informação suplementar às informações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras.

2.21. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis as Informações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2017:

- a) As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período
- b) Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (a)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (a)
IFRS 16	Arrendamentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida. É esperado que esse pronunciamento seja emitido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo CFC de modo que seja aplicado a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRS.

A Administração da Companhia está em fase de avaliação do potencial impacto destas normas nas informações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>
Caixa	50	50
Bancos	321.645	-
Aplicações financeiras Itaú (i)	<u>83.540.028</u>	-
Total	<u>83.861.723</u>	<u>50</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- (i) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário -CDI. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

4. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 30 de setembro de 2017, o saldo de R\$2.160.216, classificado no ativo circulante refere-se a prêmios de seguros a apropriar e adiantamentos a funcionários.

Detalhes adicionais dos seguros estão descritos na nota explicativa nº 17.

5. IMOBILIZADO

	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática de telefonia	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Adições	5.671	65.924	27.000	829.485	928.080
Transferências	-	-	251.134	(251.134)	-
Depreciação	(59)	(549)	(4.636)	-	(5.244)
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>5.612</u>	<u>65.375</u>	<u>273.498</u>	<u>578.351</u>	<u>922.836</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	20,0	-	-

Em 30 de junho de 2017, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures - partes relacionadas ou de processos de qualquer natureza.

6. INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

	Contratos de Concessão (i)	Intangível em Rodovias - obras e serviços (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Adições	1.377.802.970	946.456	1.378.749.426
Juros sobre as debêntures	<u>5.936.742</u>	<u>5.850</u>	<u>5.942.592</u>
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>1.383.739.712</u>	<u>952.306</u>	<u>1.384.692.018</u>

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga, classificados como em andamento uma vez que os direitos relacionados à concessão ocorreram quando da assinatura do Termo de Transferência Inicial em 5 de julho de 2017.

- (i) Vide nota explicativa nº18.

- (ii) Compreendem basicamente a infraestrutura e telecomunicações, serviços de engenharia, mapeamento e aerolevanteamento, grades, gamelas, reparos, revestimentos e sinalização viária.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, foram capitalizados R\$5.942.592 de encargos financeiros.

7. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Referem-se a serviços de engenharia e compra de materiais voltados à concessão e aquisições de ativo imobilizado.

8. CREDOR PELA CONCESSÃO

Correspondem ao ônus fixo constante do contrato de concessão e o ônus variável e a taxa de fiscalização, que correspondem ao total de 6% das receitas da Companhia auferidas mensalmente, incluindo as receitas financeiras obtidas de aplicações financeiras, como segue:

	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>
Ônus variável da concessão	32.333	-
Taxa de fiscalização	32.334	-
Contrato de concessão - ônus fixo	<u>417.280.664</u>	<u> </u>
	<u>417.345.331</u>	<u> </u>

9. DEBÊNTURES - PARTES RELACIONADAS

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>
Principal	688.490.783	-
Remuneração (juros)	<u>7.251.783</u>	<u> </u>
	<u>695.742.566</u>	<u> </u>
Circulante	<u>7.251.783</u>	<u> </u>
Não circulante	<u>688.490.783</u>	<u> </u>

Em 10 de maio de 2017, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 15 de maio de 2029. As debêntures foram captadas junto à debenturista e partes relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"). O montante total da emissão foi de R\$700.000.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias ficarão classificados no passivo não circulante, uma vez que a previsão de pagamento é em maio de 2029. Por outro lado, os juros acumulados mensalmente são classificados como passivo circulante, dado que deverão ser pagos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento no dia 15 de novembro de 2017 (ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures em razão do seu vencimento antecipado, resgate antecipado obrigatório e/ou conversão em ações da Emissora). São considerados evento de resgate ou amortização obrigatório a realização da emissora de emissão de oferta pública de valores mobiliários (incluindo de debêntures conversíveis em ações) cujos recursos sejam destinados ao pagamento antecipado das debêntures e/ou reembolso de custos decorrentes do pagamento da outorga.

Conversibilidade das debêntures - as debêntures poderão ser parcial ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000.000. (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de depreciação e amortização, (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto, (e) do efeito de "impairment" de ativos, e (f) de eventuais custos não-caixa).

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado através do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509.217, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora, (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário, (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora, (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R\$10.000.000, e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000.

Não há cláusulas de "covenants" financeiros sobre as debêntures.

10. PARTES RELACIONADAS

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, foram pagos R\$200.617 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros e não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

11. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2017, o capital social subscrito é de R\$476.670.378, representado por 476.670.378 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de maio de 2017 em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social de R\$500,00 para R\$476.670.378, composto por 476.669.878 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a integralização de R\$349.899.550. O saldo de R\$126.770.828 possui prazo de integralização de até 5 anos contados da data de celebração do contrato de concessão.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Infraestrutura Investimento e Participação II S.A.	476.670.378	100

12. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30.06.17</u>
Conservação e manutenção	(954)
Depreciação	(5.244)
Custo da outorga variável	(64.667)
Serviços terceiros (i)	(2.965.133)
Pessoal	(513.207)
Materiais e equipamentos	(382.851)
Outras	<u>(103.788)</u>
	<u>(4.035.844)</u>
Classificados como:	
Despesas com pessoal	(513.207)
Serviços terceiros	(3.452.729)
Depreciação	(5.244)
Outras despesas operacionais	(64.664)

(i) Referem-se a serviços de análises técnicas, consultoria de qualidade, comunicação e marketing, jurídica e gestão.

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30.06.17</u>
Receitas financeiras:	
Receita de aplicações financeiras	<u>1.077.776</u>
Despesas financeiras:	
Outras	<u>(1.367.288)</u>
	<u>(289.512)</u>

14. PREJUÍZO POR AÇÃO

	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	<u>(0,04)</u>	<u>-</u>

a) Prejuízo básico por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

30.06.17

Prejuízo do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação (4.325.356)

Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação 119.167.595

b) Prejuízo diluído

Em 30 de junho de 2017 o efeito das debêntures conversíveis em ações reduziria o prejuízo por ação e, portanto, apresenta efeito antidilutivo.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 30 de junho 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, tampouco em outros processos administrativos.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures - partes relacionadas circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário -CDI.
- Debêntures - partes relacionadas: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30.06.17</u>
Dívida (i)	1.113.023.230
Caixa e caixa equivalentes	<u>(83.861.723)</u>
Dívida líquida	<u>1.029.161.507</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>357.083.411</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,88</u>

(i) A dívida é definida por debêntures - partes relacionadas circulantes e não circulantes, conforme detalhado na nota explicativa nº 9 e pelo saldo de credor pela concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº8.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

- Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2017 são como segue:

		<u>Contábil</u>
Ativos:		
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	<u>83.540.028</u>
Passivos-		
Fornecedores (i)	Custo amortizado	713.384
Credor pela concessão	Custo amortizado	417.345.331
Debêntures (iii)	Custo amortizado	695.742.566

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- O saldo de fornecedores possui prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- Os saldos de aplicações financeiras se aproximam ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- Calculado através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme valor nominal unitário - PU, atualizado em 30 de junho de 2017 e se aproximam ao valor justo na data do balanço patrimonial.

a) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia através de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2020 em diante
Debêntures	IPCA + 8,5% a.a.	7.829.258	8.181.575	8.549.746	1.232.814.738
Credor pela Concessão	IPCA	440.000.000	-	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores da Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre a 1ª série das debêntures	Alta do IPCA	1.323.840	1.654.800	1.985.760
Rendimento de aplicação financeira	Redução do CDI	1.077.775	808.332	538.888

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	0.81%	0.61%	0.40%
IPCA (b)	0.08%	0.10%	0.12%

(a) Refere-se à taxa mensal do CDI em 30 de junho de 2017.

(b) Refere-se à taxa acumulada do IPCA entre a data de emissão das debêntures e 30 de junho de 2017.

17. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 30 de junho de 2017, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Obras cíveis e instalações	R\$20.000.000	Até julho de 2018
Poluição súbita	R\$8.000.000	Até julho de 2018
Responsabilidade Civil	R\$20.000.000	Até julho de 2018
Processos administrativos, judiciais, entre outros	R\$554.000	Até junho de 2018
Complexo rodoviário sob contrato de concessão para os bens aplicáveis	R\$153.000.000	Até julho de 2018

18. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa é de R\$1.314.501.667, e será paga em 2 parcelas atualizadas pelo IPCA/IBGE, tendo sido paga a primeira parcela em maio de 2017 no valor de R\$960.522.305 e reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível em andamento uma vez que os direitos relacionados à concessão ocorreram quando da assinatura do Termo de Transferência inicial em 5 de julho de 2017.

A segunda parcela, conforme regramento constante do Edital e do Contrato de Concessão Onerosa, deverá ser paga do montante residual, de R\$397.250.648 (na data base março de 2016), na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, que será corrigido monetariamente desde a data base do Contrato.

- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas bruta mensais auferidas pela concessionária (pedágio e acessórias) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização.

A data de início da operação do Trecho Existente é 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do Termo de Transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAL.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos futuros: O contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$4,0 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$1,0 bilhão para obras de ampliação, R\$1,9 bilhão na restauração de rodovias, mais de R\$615 milhões em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários. Além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (wi-fi) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30.06.17</u>
Receita de construção	946.762
Custos de construção	<u>(946.762)</u>
	<u>-</u>

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3.

b) Transações que não envolveram caixa

	<u>R\$</u>
Aquisição de bens do ativo intangível em andamento	555.000
Capitalização de juros no intangível	5.942.592
Credor pela concessão	419.209.522

20. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das informações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 12 de dezembro de 2017.